

HERANÇAS VISUAIS ENTRE GERAÇÕES: IDENTIDADE, CULTURA E MEMÓRIA SURDA NA EXPERIÊNCIA DODA

*VISUAL LEGACIES ACROSS GENERATIONS: IDENTITY, CULTURE, AND DEAF
MEMORY IN THE DODA EXPERIENCE*

Christiane Carpinteiro Lamarão

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
Mestra em Educação Bilingue e Pesquisadora

Carlos Roberto Martins

Universidade La Salle, Brasil
Mestre em Cultura e Educação

Ramon Dias de Araújo

Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
Mestre em Educação Bilingue e Pesquisador

Luciane Cruz Silveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Doutora em Letras e Pesquisadora

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i8.773>

Aceito em: 17.08.2026

Resumo: Este artigo analisa as heranças visuais transmitidas entre gerações na experiência DODA, compreendida como a vivência de pessoas surdas filhas de adultos surdos. O objetivo consiste em examinar como a Libras, a visualidade, a memória coletiva e as práticas culturais participam da constituição identitária e do pertencimento surdo. Desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e interpretativa, fundamentada em dezoito trabalhos únicos publicados entre 2009 e 2025. O corpus foi organizado nos eixos língua e visualidade, identidade e pertencimento, memória e transmissão cultural, família, educação e instituições. Os resultados indicam que a continuidade linguística familiar pode favorecer acesso precoce à Libras, referências positivas de vida surda e circulação de narrativas comunitárias. Demonstram também que essa continuidade não elimina diferenças geracionais nem barreiras escolares e sociais. Os estudos sobre sujeitos CODA contribuem comparativamente para compreender a socialização familiar, desde que suas experiências não sejam confundidas com a posição DODA. Conclui-se que as heranças visuais constituem práticas dinâmicas de continuidade, recriação e resistência, cuja preservação depende da atuação articulada da família, da comunidade surda e de instituições linguisticamente acessíveis.

Palavras-chave: Cultura surda. Identidade surda. Língua Brasileira de Sinais. Memória coletiva. DODA.

Abstract: This article analyzes visual heritages transmitted across generations in the DODA experience, understood as the experience of deaf people who are children of deaf adults. Its objective is to examine how Brazilian Sign Language, visuality, collective memory, and cultural practices participate in the construction of deaf identity and belonging. It develops a qualitative and interpretive bibliographic study based on eighteen unique works published between 2009 and 2025. The corpus was organized around language and visuality, identity and belonging, memory and cultural transmission, and family, education, and institutions. The results indicate that linguistic continuity within the family can promote early access to Brazilian Sign Language, positive references of deaf adulthood, and the circulation of community narratives. They also show that such continuity does not eliminate generational differences or educational and social barriers. Studies concerning CODA subjects contribute comparatively to understanding family socialization, provided that their experiences are not conflated with the DODA position. The article concludes that visual heritages constitute dynamic practices of continuity, re-creation, and resistance, whose preservation depends on coordinated action by families, the deaf community, and linguistically accessible institutions.

Keywords: Deaf culture. Deaf identity. Brazilian Sign Language. Collective memory. DODA.

1 Introdução

Compreender a experiência de uma pessoa surda filha de adultos surdos exige deslocar a análise da deficiência concebida como falta para a surdez entendida como diferença linguística, cultural e política. Esse deslocamento não nega as barreiras concretas impostas por uma sociedade organizada majoritariamente pela audição; ao contrário, permite identificá-las sem reduzir o sujeito surdo a elas. A língua de sinais, as formas visuais de atenção, as narrativas comunitárias e os vínculos construídos entre pares compõem modos particulares de produzir pertencimento e conhecimento. Quando esses repertórios atravessam uma mesma família por mais de uma geração, a casa pode constituir o primeiro território de circulação de uma língua plenamente acessível e de memórias nas quais a surdez não aparece como ruptura inesperada, mas como uma experiência já inscrita na história familiar.

Neste artigo, emprega-se a sigla DODA, correspondente à expressão em inglês *Deaf Child of Deaf Adults*, para designar a pessoa surda filha de pai surdo e/ou mãe surda. Trata-se de uma definição operacional, pois a nomenclatura ainda não possui, no corpus examinado, a mesma estabilidade acadêmica alcançada pela sigla CODA, usualmente associada a filhos ouvintes de adultos surdos. A diferença entre as duas posições é substantiva. Embora ambas possam participar de famílias sinalizantes e de redes culturais surdas, a pessoa DODA compartilha, em regra, a modalidade visuoespacial de sua língua familiar e a condição social de surdez, enquanto a pessoa CODA costuma vivenciar um bilinguismo bimodal e transitar também como ouvinte em espaços organizados pela língua oral. Portanto, estudos sobre CODA são relevantes para compreender a transmissão familiar da Libras, mas não devem ser usados para apagar a especificidade DODA.

A literatura brasileira tem investigado com maior frequência crianças ouvintes de pais surdos. Esses trabalhos mostram que a família é um espaço decisivo de socialização linguística, negociação identitária e mediação entre mundos culturais (Streiechen; Cruz; Krause-Lemke, 2019; Oliveira *et al.*, 2022; Santos Filho, 2021). Também revelam que o contato precoce com a Libras pode produzir formas singulares de bilinguismo, de atenção visual e de pertencimento, sem eliminar tensões escolares e sociais (Sander; Martins, 2021; Brancalione; Vogel; Lima, 2018). Para a experiência DODA, tais resultados funcionam como um contraponto: se a diferença de modalidade entre pais e filhos marca muitas narrativas CODA, a continuidade visuoespacial tende a ocupar lugar central nas famílias formadas por adultos e crianças surdas. Essa continuidade, porém, não deve ser romantizada. Fluência, políticas escolares, acesso comunitário, condições socioeconômicas, raça, gênero, território e trajetórias de escolarização tornam cada herança familiar situada e desigual.

O problema que orienta o estudo pode ser formulado nos seguintes termos: de que maneira língua, visualidade e memória atuam na constituição da identidade cultural de sujeitos DODA, e quais tensões atravessam a transmissão dessas heranças entre gerações? O objetivo geral é analisar a experiência DODA como processo intergeracional de produção e recriação de heranças visuais. Especificamente, busca-se: discutir a surdez como diferença linguística e cultural; examinar a Libras como língua familiar e de herança; relacionar visualidade, memória coletiva e narrativas sinalizadas; distinguir a posição DODA da experiência CODA; e refletir sobre o papel da família, da comunidade e da escola na continuidade cultural surda.

O texto resulta de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter interpretativo. O corpus inicial foi constituído por vinte arquivos, dos quais dois pares se mostraram cópias idênticas, formando um conjunto efetivo de dezoito trabalhos publicados entre 2009 e 2025. A leitura foi organizada em quatro eixos: língua e visualidade; identidade e pertencimento; memória e transmissão cultural; família, educação e instituições. Como a produção especificamente dedicada a DODA é escassa no conjunto, os estudos sobre CODA foram mobilizados de forma comparativa e delimitada, sobretudo quando tratam da aquisição da Libras no ambiente familiar. Também foram incluídos trabalhos sobre cultura, literatura, memória, escritas e educação de surdos, capazes de sustentar uma interpretação mais ampla das heranças visuais. Essa composição evidencia, simultaneamente, o potencial analítico do corpus e uma lacuna: faltam pesquisas empíricas centradas nas narrativas de famílias surdas em duas ou mais gerações.

A noção de herança adotada não equivale à transferência automática de um conteúdo pronto. Herdar uma língua, um repertório de histórias ou uma forma visual de se relacionar é participar de práticas nas quais o passado é selecionado, atualizado e, por vezes, contestado. A experiência DODA é, assim, pensada entre continuidade e criação. Pais surdos podem oferecer à criança um ambiente linguisticamente acessível desde cedo, compartilhar estratégias corporais e visuais de atenção e transmitir narrativas sobre escola, trabalho, opressão e resistência. A criança, por sua vez, reinscreve essas referências em outros espaços e tempos, inclusive em contextos

digitais e educacionais diferentes daqueles vividos por seus familiares. A transmissão entre gerações não produz uma cópia: produz continuidade com transformação.

2 Referencial teórico

2.1 Surdez como diferença linguística e cultural e a posição DODA

A consolidação de uma abordagem sociocultural da surdez depende de distinguir impedimento sensorial, barreira social e experiência cultural. Em uma perspectiva estritamente clínico-terapêutica, a audição é tomada como norma e o sujeito surdo aparece definido pelo que lhe faltaria. Já os Estudos Surdos interrogam a própria construção dessa normalidade e tornam visíveis as comunidades, línguas e práticas pelas quais pessoas surdas atribuem sentido à sua existência. Duarte *et al.* (2013) mostram que a história da população surda foi atravessada por disputas entre modelos educacionais, formas de controle do corpo e movimentos de reconhecimento linguístico. A emergência política das línguas de sinais, portanto, não representa apenas uma escolha metodológica para a sala de aula; ela altera o lugar a partir do qual a surdez pode ser narrada.

Paula (2009) ressalta que cultura escolar e cultura surda não são universos isolados, mas campos de negociação nos quais identidades são produzidas. A escola pode reconhecer a diferença ou submetê-la à norma ouvinte, conforme organize seus tempos, currículos, línguas e relações. Nessa direção, identidade surda não é uma essência biológica derivada do grau de perda auditiva. É uma construção relacional, histórica e plural, vinculada ao acesso linguístico, à convivência com outros surdos e aos modos como cada pessoa é posicionada em instituições sociais. Scremin e Lunardi-Lazzarin (2023) propõem avançar de classificações identitárias rígidas para a atenção às experiências, às travessias e às formas singulares de habitar o território surdo. Tal movimento é particularmente produtivo para pensar sujeitos DODA sem presumir que todos viverão uma trajetória idêntica.

A posição DODA articula dois pertencimentos que, no cotidiano familiar, podem surgir como continuidade: ser surdo e ser filho de adultos surdos. Em famílias ouvintes sem acesso prévio à Libras, o nascimento de uma criança surda costuma inaugurar decisões sobre língua, diagnóstico e educação. Em uma família surda sinalizante, parte desse repertório já existe. A criança pode encontrar desde o início interlocutores que organizam a atenção pelo olhar, empregam recursos espaciais, narram experiências em língua de sinais e conhecem barreiras sociais que ela provavelmente enfrentará. Isso não significa ausência de conflitos, mas altera o ponto de partida: a surdez não precisa ser descoberta somente por uma linguagem médica, pois já possui sentidos familiares e comunitários.

Essa continuidade também impede que a família surda seja vista apenas como destinatária de intervenção especializada. Pais surdos são agentes linguísticos, educadores e guardiões críticos de experiências acumuladas. Ao transmitir à criança formas de pedir atenção, posicionar-se no

espaço, acompanhar conversas coletivas e interpretar situações de exclusão, eles comunicam conhecimentos que raramente aparecem em manuais clínicos. A experiência DODA torna evidente que uma geração surda pode produzir condições de acolhimento para a geração seguinte. Ao mesmo tempo, famílias diferem quanto à proficiência em Libras, escolarização, participação comunitária e adesão a determinadas concepções de surdez. Nem toda filiação biológica resulta em igual acesso cultural; por isso, a análise deve considerar práticas efetivas, e não apenas categorias familiares.

Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2021) associam a educação bilíngue à possibilidade de reconhecer sujeitos surdos a partir de uma experiência visual e de uma diferença cultural. Essa formulação amplia o debate para além do domínio de duas línguas: importa saber qual língua estrutura as relações, quem ocupa posições de autoridade e que conhecimentos surdos são legitimados. As autoras sintetizam esse horizonte:

Portanto, a recorrência dos discursos que tomam a surdez como diferença linguística e cultural e os surdos como sujeitos de uma experiência visual traz à tona possibilidades de pensar a educação de surdos de outras formas. Há nesse enredo um panorama em que movimentos, comunidades e escolas de surdos se cruzam produzindo contornos culturais importantes, que compõem os enunciados do discurso da educação bilíngue para surdos. (Karnopp; Klein; Lunardi-Lazzarin, 2021, p. 76).

Na experiência DODA, esses cruzamentos alcançam também a história doméstica. Família, movimento surdo e escola não são camadas independentes; suas linguagens se interpenetram. A criança aprende quem é tanto em interações ordinárias quanto em narrativas sobre lutas por Libras, lembranças escolares dos pais e encontros comunitários. A identidade emerge nesse tecido e permanece aberta a novas posições ao longo da vida.

2.2 Libras como língua familiar e língua de herança

A língua de sinais constitui uma herança central porque não serve apenas para transmitir informações: ela organiza formas de presença, vínculo e elaboração do mundo. Straub e Pereira (2018), ao discutirem filhos ouvintes de pais surdos, recorrem ao conceito de língua de herança para indicar uma língua vinculada ao repertório cultural de um grupo minoritário inserido em contexto social mais amplo. Na formulação citada pelas autoras, “a língua de herança está diretamente relacionada linguística e culturalmente aos usos de uma língua por pessoas de um grupo social específico dentro de um grupo maior” (Quadros, 2017, p. 7 *apud* Straub; Pereira, 2018, p. 3260). A definição destaca dois aspectos inseparáveis: a língua é transmitida por relações concretas e carrega formas de identificação coletiva.

No caso DODA, a Libras pode ser simultaneamente primeira língua, língua familiar, língua comunitária e língua de herança. O termo herança não indica que seu usuário a aprenda de modo incompleto ou tardio; assinala sua continuidade entre gerações em uma sociedade na qual

o português ocupa posição dominante. Quando pais surdos sinalizantes interagem fluentemente com uma criança surda, eles podem assegurar acesso precoce a uma língua natural e plenamente perceptível. Esse acesso favorece a construção de conceitos, vínculos afetivos, explicações e negociações cotidianas. A casa deixa de ser espaço em que a criança precisa adivinhar conversas e pode tornar-se ambiente de participação linguística efetiva.

Pesquisas com crianças CODA ajudam a observar mecanismos dessa transmissão. Brancalione, Vogel e Lima (2018) analisam a aquisição bilíngue Libras–português e mostram que as línguas se desenvolvem em relações sociais marcadas por interlocutores, finalidades e contextos diversos. Quadros, Lillo-Martin e Emmorey (2016) descrevem o bilinguismo bimodal, no qual línguas de modalidades distintas podem ser produzidas de maneira articulada, revelando que a experiência linguística não cabe em modelos monolíngues. Gomes e Quadros (2025), ao estudarem a aquisição em crianças bilíngues bimodais, evidenciam a complexidade de processos gestuais, dêiticos e pronominais durante o desenvolvimento. Ainda que esses estudos não descrevam diretamente crianças DODA, confirmam que o insumo em língua de sinais é linguisticamente estruturado e participa desde cedo da formação comunicativa infantil.

Para a criança DODA, a coincidência de modalidade entre sua percepção visual e a língua principal de pais surdos pode reduzir uma das assimetrias observadas em algumas famílias CODA. Nos relatos examinados por Santos Filho (2021), pais surdos narram a criação de filhas ouvintes e os modos pelos quais comunicação, memória e expectativas se entrelaçam. Streiechen, Cruz e Krause-Lemke (2019) mostram que filhos ouvintes de pais surdos constroem identidades e escolaridades em contato com Libras e português. Nesses casos, a convivência familiar pode ser linguisticamente rica, mas a criança também é convocada a circular no universo oral. Já a pessoa DODA compartilha com os pais a necessidade de acesso visual, embora possa igualmente desenvolver o português escrito e, conforme sua trajetória, recursos da oralidade.

Essa comparação tem limites indispensáveis. Não se deve atribuir à criança DODA o papel social frequentemente imposto a filhos ouvintes, como intermediar telefonemas, consultas ou interações com instituições. Tampouco se deve supor que a presença de pais surdos elimina toda mediação. Adultos e crianças podem ter repertórios diferentes de português, tecnologias e registros de Libras; a mediação pode circular em ambas as direções. O ponto central é que relações familiares não devem transformar crianças em responsáveis pela acessibilidade que o Estado e as instituições deveriam garantir. A língua herdada precisa servir à participação infantil, e não justificar sobrecarga.

A escolarização desafia a continuidade entre língua familiar e língua de ensino. Streiechen, Lemke e Cruz (2019) identificam implicações do contato com Libras no processo de aquisição da escrita de filhos ouvintes de pais surdos, chamando atenção para leituras escolares que confundem diferença linguística com deficiência cognitiva. Sander e Martins (2021), ao recuperarem memórias da infância de CODAs na escola, evidenciam descompassos entre repertórios domésticos bilíngues e expectativas monolíngues. Para estudantes DODA, a tensão

pode ser ainda mais explícita: se a escola não oferece Libras como língua de instrução, o acesso linguístico existente em casa é interrompido justamente no espaço formal de aprendizagem. A dificuldade não reside na herança visual, mas na incapacidade institucional de acolhê-la.

Considerar a Libras língua de herança implica reconhecer direitos de continuidade, ampliação e criação. A criança não recebe somente vocabulário; ela aprende gêneros discursivos, formas de humor, referências históricas, modos de argumentar e estilos de sinalização. Esses elementos podem variar entre famílias, regiões e gerações. Novos sinais, contatos com educadores, redes digitais e encontros entre jovens transformam a língua transmitida pelos pais. A vitalidade da herança está nessa possibilidade de ser usada para responder ao presente. Preservar não significa congelar, mas assegurar condições para que a língua continue produzindo mundo.

2.3 Visualidade, cultura surda e transmissão entre gerações

Visualidade não se reduz ao fato fisiológico de ver. Trata-se de uma organização social da experiência na qual olhar, espaço, corpo, movimento e imagem participam da construção de sentidos. Em interações sinalizadas, o gerenciamento do olhar, a orientação corporal e o uso do espaço são dimensões linguísticas e relacionais. Em uma casa com adultos e crianças surdas, práticas aparentemente pequenas — acender e apagar uma luz para chamar atenção, posicionar-se para manter o campo visual, aguardar o olhar do interlocutor antes de sinalizar — compõem uma pedagogia cotidiana. São conhecimentos corporificados, aprendidos pela convivência e continuamente ajustados.

Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2021) examinam produções culturais surdas em contexto de educação bilíngue e demonstram que materiais, narrativas e práticas escolares podem inscrever a experiência visual no currículo. A cultura surda não é um inventário fechado de costumes, mas uma rede de significações criada em línguas de sinais e em espaços de encontro. Literatura, teatro, poesia sinalizada, humor, vídeo, festivais, associações e movimentos políticos são formas de produzir memória e afirmar perspectivas surdas. Boldo e Schlemper (2018), ao discutirem literatura surda, ressaltam sua relação com cultura e identidade, bem como o papel das narrativas na circulação de valores entre membros da comunidade.

Ao sintetizarem a transmissão cultural baseada em encontros comunitários, as autoras registram:

Pode-se relacionar o conceito descritivo de cultura de Thompson (1995) com a percepção de Bahan (2006), quando este registra que têm sido nos encontros face a face, ocorridos em comunidades e associações surdas, escolas, clubes e casas que o povo surdo tem transmitido sua cultura, valores e crenças, por meio da tradição oral sinalizada. Por meio desses encontros, em que memórias de vivências atravessam gerações (Felício, 2014), a transmissão cultural vai determinando identidade e tradição ao povo surdo. (Boldo; Schlemper, 2018, p. 82).

A casa aparece nessa passagem ao lado de escolas, clubes e associações. Para uma família DODA, ela pode ser um núcleo de cultura surda, não apenas o local privado da vida doméstica. Histórias contadas durante refeições, comentários sobre barreiras cotidianas, lembranças de antigos professores, escolhas de sinais pessoais e compartilhamento de vídeos integram um arquivo familiar vivo. A criança aprende a interpretar o mundo pela perspectiva daqueles que já enfrentaram situações semelhantes. Esse saber pode incluir estratégias para obter informação em ambientes ouvintistas, identificar práticas discriminatórias e procurar redes de apoio.

Entretanto, a noção de herança visual não deve homogeneizar a população surda. Nem toda pessoa surda cresceu em contato com Libras, e muitos adultos tiveram acesso tardio à língua por consequência de políticas oralistas. Duarte *et al.* (2013) lembram que a história sociocultural da surdez inclui períodos de repressão às línguas de sinais e de valorização exclusiva da fala. Assim, alguns pais surdos podem transmitir não somente uma língua já consolidada, mas também a memória de sua ausência, da proibição de sinalizar ou da descoberta posterior de uma comunidade. Para uma criança DODA, receber Libras precocemente pode representar a interrupção de um ciclo de privação vivido por seus ascendentes.

As heranças também incluem contradições. Uma geração que lutou por reconhecimento pode esperar que a seguinte preserve certas formas de pertencimento, enquanto jovens constroem identidades em ambientes digitais, híbridos e multilíngues. A circulação de vídeos em Libras amplia o contato com sinalizadores de diferentes regiões; dispositivos móveis transformam a comunicação a distância; legendas e redes sociais multiplicam repertórios escritos e visuais. Essas mudanças não dissolvem a tradição: mostram que toda tradição é reorganizada por seus usuários. A experiência DODA torna particularmente visível a negociação entre a autoridade da memória familiar e a autonomia cultural da nova geração.

Falar em herança visual, portanto, é nomear um conjunto de disposições, práticas e objetos que ganham sentido na relação. Incluem-se aí a Libras, formas visuais de atenção, narrativas sinalizadas, performances artísticas, arquivos em vídeo, fotografias, documentos de associações, lembranças escolares e saberes de circulação social. Nenhum desses elementos, isoladamente, garante identidade surda. Seu valor decorre da maneira como é mobilizado para reconhecer experiências, formar vínculos e projetar futuros. O patrimônio transmitido permanece vivo porque é interpretado e recriado.

2.4 Memória surda, narrativa e continuidade cultural

Memória não é depósito neutro de acontecimentos. Recordar envolve selecionar, organizar e narrar experiências a partir de questões do presente. Lana, Castro e Marques (2016, p. 72) afirmam que “as construções de memória e identidade de uma pessoa formulam-se por meio de um processo relacional em que diversos fatores atuam”. Essa formulação impede separar lembrança individual e quadros coletivos: o que alguém recorda de sua trajetória escolar, familiar ou profissional ganha inteligibilidade por meio de línguas, valores e categorias compartilhadas.

Para sujeitos surdos, o modo de narrar também importa, pois a memória pode ser elaborada em Libras, no corpo e no espaço, e não apenas registrada pela escrita em português.

Santos Filho (2021) recorre a memórias sinalizadas de pais surdos para compreender relações com filhas ouvintes. Ao colocar narrativas parentais no centro, o estudo evidencia que adultos surdos não são figurantes da história familiar, mas intérpretes de suas decisões, conflitos e afetos. Essa inversão de perspectiva é decisiva para investigar famílias DODA. Em vez de perguntar somente como especialistas avaliam o desenvolvimento da criança, importa ouvir como pais, filhos, avós e outros integrantes surdos narram a transmissão linguística, reconhecem continuidades e atribuem sentidos às mudanças geracionais.

A memória coletiva dá densidade histórica a experiências que poderiam ser tratadas como dificuldades privadas. Quando diferentes pessoas recordam punições por sinalizar, ausência de intérpretes, diagnósticos centrados na falta ou exclusão de conversas familiares, emerge um padrão social. De modo semelhante, lembranças de encontros com outros surdos, aprendizado da Libras e participação em mobilizações revelam redes de resistência. Bezerra, Alves e Alves destacam a ligação entre memória compartilhada, identidade e educação:

Destaca-se que a identidade surda, enquanto construção coletiva, emerge dentro da comunidade surda, sendo fortemente influenciada pela memória coletiva compartilhada dentro dessa comunidade. Essa memória coletiva desempenha um papel fundamental na formação da identidade surda, influenciando não apenas a maneira como os surdos se veem e se relacionam com o mundo, mas também moldando as práticas educacionais destinadas a eles. (Bezerra; Alves; Alves, 2025, p. 391).

Em famílias DODA, a memória coletiva pode circular com uma intimidade particular. Pais relatam experiências que antecipam situações vividas pelos filhos e oferecem vocabulário para nomeá-las. Uma história de discriminação no trabalho pode ensinar a identificar preconceito; a lembrança de um professor surdo pode criar expectativas de representação; a narrativa sobre a conquista de direitos linguísticos pode ligar a vida familiar a um movimento político mais amplo. A criança não recebe essas histórias passivamente. Ela pergunta, compara com o próprio cotidiano e pode reinterpretar decisões dos pais à luz de novos direitos, tecnologias e oportunidades.

Os suportes da memória surda são múltiplos. Müller e Karnopp (2015) investigam escritas de surdos e observam processos de tradução cultural pelos quais experiências sinalizadas são recriadas em português. A escrita permite ampliar a circulação e produzir permanência material, mas também exige negociar entre línguas e públicos. As autoras descrevem o impulso memorial presente em obras de autoria surda:

Esses excertos, que compõem os paratextos de obras escritas por surdos, evidenciam o desejo comum dos autores de narrarem, de forma escrita, a sua história de vida, transmitindo emoções, sentimentos, sonhos, vivências. Ao reviverem momentos únicos e especiais, experiências são contadas, sendo possível imortalizá-las através do texto impresso. (Müller; Karnopp, 2015, p.

1057).

No presente, vídeos em Libras, registros de apresentações, conversas gravadas e acervos digitais ampliam as possibilidades de preservar a materialidade visual da narrativa. Para famílias surdas, esses suportes podem guardar estilos de sinalização de avós, histórias de migração, nomes-sinal e performances que a transcrição escrita não reproduz integralmente. Ao mesmo tempo, arquivo não é sinônimo de memória viva. Um vídeo se torna herança quando é assistido, contextualizado, comentado e reinserido nas relações entre gerações. Preservação técnica e transmissão cultural precisam caminhar juntas.

A continuidade cultural combina, portanto, lembrança e projeto. Narrativas sobre o passado orientam escolhas presentes — língua da escola, participação comunitária, formas de enfrentar barreiras — e ajudam a imaginar um futuro no qual a criança possa viver a surdez sem submissão a expectativas de normalização. A memória DODA não se restringe à história dos pais; ela cria um lugar de enunciação para que filhos surdos acrescentem suas próprias experiências ao patrimônio familiar. Cada geração recebe um arquivo incompleto e o devolve transformado.

2.5 Identidade, pertencimento e singularidade da experiência DODA

Identidade é produzida em relações de semelhança e diferença. Uma criança DODA pode reconhecer nos pais uma língua e uma experiência sensorial compartilhadas, encontrando em casa referências positivas de vida adulta surda. Esse reconhecimento possui força simbólica em uma sociedade na qual a surdez costuma ser associada a incapacidade. Ver adultos surdos trabalharem, cuidarem, argumentarem e tomarem decisões amplia o repertório de futuros possíveis. A filiação oferece imagens concretas de competência e pertencimento antes mesmo que a criança tenha acesso a discursos acadêmicos ou políticos sobre cultura surda.

Ainda assim, identidade não é simples reprodução da posição parental. Lana, Castro e Marques (2016) demonstram, em uma narrativa docente, que memória e identidade se constroem ao longo de relações e experiências. Scremin e Lunardi-Lazzarin (2023) enfatizam travessias que desestabilizam categorias fixas. Uma pessoa DODA pode se reconhecer intensamente em movimentos surdos, circular por redes multilíngues, valorizar tecnologias auditivas, rejeitá-las ou combinar escolhas que classificações rígidas tratariam como incompatíveis. Sua legitimidade cultural não deve depender de corresponder a um modelo ideal de sujeito surdo.

Os estudos CODA iluminam o papel da fronteira cultural, mas também evidenciam por contraste a singularidade DODA. Oliveira *et al.* (2022) descrevem a experiência vivida “entre dois mundos”, na qual sujeitos ouvintes filhos de pais surdos negociam vínculos com comunidades surdas e ouvintes. Streiechen, Cruz e Krause-Lemke (2019) associam linguagem, identidades e escolaridade a trajetórias familiares plurais. Vitorino, Moura e Borges (2021) registram adversidades no diálogo familiar em um relato de experiência, indicando que pertencimento afetivo não elimina dificuldades de comunicação. Esses achados não autorizam concluir que

toda família surda seja dividida entre mundos; mostram, sim, que língua, modalidade e posições sociais estruturam de modos distintos as experiências de filhos ouvintes e surdos.

Na posição DODA, o compartilhamento da surdez pode produzir uma sensação de continuidade, mas a relação com a sociedade majoritária permanece atravessada por diferenças de geração. Pais podem ter estudado em períodos de menor reconhecimento da Libras, enquanto filhos ingressam em escolas após mudanças legais e maior presença de tecnologias. Adultos podem trazer marcas de práticas oralistas e temer que a criança enfrente exclusão semelhante; jovens podem interpretar essa proteção como limite à autonomia. A herança inclui, então, não só orgulho e pertencimento, mas também cautelas produzidas por experiências anteriores. Compreendê-las exige diálogo intergeracional, e não julgamento de uma geração pela outra.

O pertencimento se fortalece em redes mais amplas do que a família. Associações, escolas bilíngues, grupos culturais, espaços religiosos, eventos esportivos e ambientes digitais permitem encontrar diferentes modelos de ser surdo. Boldo e Schlemper (2018) destacam a literatura como campo de cultura e identidade; Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2021) evidenciam produções culturais vinculadas à educação bilíngue. Para a criança DODA, esses espaços podem confirmar saberes já presentes em casa e, simultaneamente, apresentar diferenças regionais, raciais, geracionais e estilísticas. A comunidade não repete a família; ela amplia e complexifica seus repertórios.

Também é necessário considerar situações em que pais e filhos surdos utilizam repertórios distintos. O adulto pode ter aprendido Libras tardiamente, usar sinais regionais ou manter forte relação com a oralidade; a criança pode receber instrução formal em Libras, aprender registros acadêmicos e dominar ferramentas digitais. Nesses casos, a ideia de que apenas o mais velho transmite saber ao mais novo é insuficiente. Filhos podem ensinar sinais, tecnologias e formas contemporâneas de ativismo, enquanto pais compartilham memória histórica e estratégias de sobrevivência. A herança torna-se multidirecional.

Definir a experiência DODA pelo pertencimento não significa ignorar diferenças internas nem estabelecer uma hierarquia de autenticidade entre surdos filhos de surdos e surdos filhos de ouvintes. A transmissão familiar precoce é uma condição importante, mas não torna alguém “mais surdo” do que outro. Muitos sujeitos surdos de famílias ouvintes constroem vínculos profundos com Libras e comunidades surdas; muitos sujeitos DODA enfrentam restrições de acesso educacional e social. A categoria é analiticamente útil quando permite examinar processos específicos de continuidade, e se torna problemática quando converte genealogia em critério de valor.

2.6 Família, escola e instituições diante das heranças visuais

A família é a primeira instituição de socialização, mas não controla sozinha a continuidade de uma herança linguística. Escola, serviços de saúde, políticas públicas e meios de comunicação podem reforçar ou interromper práticas acessíveis construídas em casa. Quando a criança DODA

chega à escola com Libras, conhecimento visual e repertórios comunitários, ela não chega sem linguagem. Se a instituição interpreta esses recursos como obstáculos ao português, produz uma leitura deficitária. Se os reconhece como base para novas aprendizagens, pode ampliar o bilinguismo e conectar experiência familiar, conhecimento escolar e participação social.

Paula (2009) observa que a cultura escolar participa diretamente da construção de identidades. Isso significa que decisões aparentemente técnicas — quem ensina, em que língua, com quais materiais e avaliações — possuem efeitos de reconhecimento. Uma escola bilíngue não se define apenas pela presença eventual de intérprete. Ela requer Libras como língua de instrução e convivência, profissionais capazes de interagir diretamente, conteúdos que incluam história e cultura surda e oportunidades de contato com adultos surdos. Também precisa oferecer ensino sistemático do português escrito sem transformar uma língua na medida de valor da outra.

Os estudos sobre CODA mostram efeitos do desencontro entre repertórios familiares e expectativas escolares. Sander e Martins (2021) analisam memórias de sujeitos que cresceram bilíngues e passaram por escolas pouco preparadas para compreender sua condição linguística. Streiechen, Lemke e Cruz (2019) discutem a escrita de filhos ouvintes de pais surdos e alertam para explicações simplificadoras de diferenças observadas na escolarização. A lição aplicável à experiência DODA é que a instituição precisa conhecer a história linguística de cada estudante. Rotular dificuldades como consequência automática da Libras encobre fatores pedagógicos, desigualdades de acesso e práticas monolíngues.

Profissionais de saúde também influenciam a maneira como a família projeta o futuro da criança. Duarte *et al.* (2013) recuperam conflitos históricos entre perspectivas médicas e socioculturais. Para pais surdos, recomendações que tratam a Libras como último recurso podem desautorizar seu conhecimento e romper a continuidade linguística já existente. Uma atuação ética deve oferecer informações acessíveis, respeitar escolhas, reconhecer a competência parental e evitar opor tecnologias auditivas à língua de sinais. Recursos clínicos podem integrar a trajetória de uma pessoa sem substituir seu direito a uma língua plenamente acessível.

As instituições públicas têm ainda a responsabilidade de não usar crianças como intérpretes informais da família. Vitorino, Moura e Borges (2021) apresentam adversidades comunicacionais envolvendo filhos ouvintes e pais surdos, tema recorrente na discussão sobre CODAs. Embora a criança DODA não ocupe a mesma posição auditiva, ela pode ser pressionada a mediar registros escritos, aplicativos ou contatos com serviços por possuir repertório escolar diferente do dos pais. A solução não é naturalizar essa inversão de responsabilidades, mas garantir atendimento em Libras, tradução e informação acessível a adultos e crianças.

A aproximação entre família e escola deve ocorrer em interlocução direta com pais surdos. Reuniões apenas oralizadas, documentos sem tradução e pressupostos de incompetência produzem exclusão mesmo quando o estudante recebe algum apoio. A parceria começa pelo reconhecimento de que os pais detêm conhecimento sobre modos visuais de comunicação e sobre a história da criança. Professores, por sua vez, podem compartilhar objetivos curriculares

e construir estratégias que não desvalorizem a língua familiar. Esse encontro entre saberes evita tanto a tutela institucional quanto a idealização da família como se ela pudesse resolver isoladamente todas as necessidades educacionais.

As produções culturais oferecem uma ponte concreta. Livros de autoria surda, vídeos em Libras, autobiografias, poesia sinalizada e registros históricos podem aproximar currículo e memória familiar. Müller e Karnopp (2015) mostram que escritas de surdos operam traduções culturais; Boldo e Schlemper (2018) relacionam literatura, cultura e identidade; Karnopp, Klein e Lunardi-Lazzarin (2021) examinam a presença dessas produções na educação bilíngue. Quando estudantes DODA reconhecem no material escolar experiências semelhantes às narradas em casa, a herança deixa de permanecer na margem e participa da produção legítima de conhecimento.

Uma política educacional comprometida com heranças visuais precisa, por fim, evitar a expectativa de que um único modelo sirva a todos. Condições locais, disponibilidade de profissionais, trajetórias familiares e escolhas dos próprios estudantes demandam respostas situadas. O princípio comum é assegurar acesso linguístico, participação e reconhecimento. Isso envolve consultar sujeitos surdos, formar docentes, apoiar famílias, preservar acervos e criar oportunidades para que diferentes gerações se encontrem. A continuidade cultural não decorre apenas do vínculo privado entre pais e filhos; depende de ecossistemas públicos que permitam à Libras circular com dignidade.

2.7 Herança como continuidade, recriação e resistência

Os eixos discutidos convergem para uma ideia de herança visual como prática. A língua oferece meios de significação; a visualidade organiza relações; a memória conecta histórias particulares a experiências coletivas; e a identidade posiciona o sujeito em redes de pertencimento. Na experiência DODA, esses processos podem iniciar-se no ambiente familiar e ganhar densidade em comunidades, escolas e produções culturais. O que passa entre gerações não é um pacote imutável, mas uma capacidade de agir com repertórios construídos anteriormente.

Essa herança possui dimensão de resistência porque se desenvolve em uma sociedade que historicamente subordinou línguas de sinais e saberes surdos. Transmitir Libras, contar histórias de luta e preservar produções culturais confronta o apagamento. Contudo, a resistência não se limita a responder à opressão. Ela também se manifesta na criação de humor, arte, afeto e cotidiano; na possibilidade de uma criança crescer cercada por adultos com quem conversa diretamente; e na elaboração de projetos de vida que não tenham a correção da surdez como centro.

Ao mesmo tempo, continuidade cultural requer abertura. Uma geração não pode exigir da seguinte a repetição integral de suas escolhas. Tecnologias, formas de escolarização, repertórios identitários e espaços de militância mudam. A autoridade da experiência dos pais deve conviver com o direito dos filhos de testar caminhos. A memória cumpre melhor sua função quando

oferece orientação e linguagem para a decisão, não quando se transforma em mandato de autenticidade.

A posição DODA revela ainda uma temporalidade circular. Pais transmitem conhecimentos acumulados, filhos atualizam esses saberes e, ao fazê-lo, podem devolver à geração anterior novas formas de nomear experiências. O passado ilumina o presente, mas o presente também reorganiza o passado. Fotografias ganham novas legendas; sinais antigos são comparados aos atuais; lembranças escolares passam a ser compreendidas como efeitos de políticas linguísticas. Desse modo, a herança é intergeracional não apenas porque atravessa idades, mas porque é produzida no diálogo entre elas.

Por isso, estudar DODA demanda métodos capazes de preservar a língua e a materialidade visual das narrativas. Entrevistas em Libras, histórias de vida filmadas, análise de arquivos familiares e pesquisas colaborativas com participantes surdos podem revelar dimensões pouco alcançadas por textos centrados em diagnósticos ou desempenho escolar. Também é importante incluir avós, irmãos e redes comunitárias, pois a transmissão ultrapassa a relação parental imediata. A escassez de estudos específicos identificada neste corpus não indica ausência de experiência, mas ausência de atenção acadêmica proporcional à sua riqueza.

3 Considerações finais

A análise permitiu compreender a experiência DODA como um campo privilegiado para observar a transmissão e a recriação de heranças visuais entre gerações. Ser uma pessoa surda filha de adultos surdos pode significar encontrar, desde a infância, uma língua acessível, modelos positivos de vida surda e narrativas que ligam a história familiar à história coletiva. Libras, práticas de atenção visual, memórias sinalizadas, produções culturais e estratégias de enfrentamento compõem um patrimônio relacional. Seu valor não reside em permanecer intacto, mas em oferecer recursos para que cada geração interprete o presente e construa novos futuros.

O referencial mostrou que identidade surda não resulta automaticamente da condição auditiva ou da filiação. Ela se produz em relações, instituições e experiências. Por essa razão, a categoria DODA deve ser usada para reconhecer uma posição intergeracional específica, e não para estabelecer graus de autenticidade entre pessoas surdas. Compartilhar língua e surdez com os pais pode favorecer continuidade, mas trajetórias variam conforme acesso à Libras, escolarização, território, raça, gênero, condições econômicas e participação comunitária. A pluralidade interna precisa permanecer no centro de qualquer análise.

Os estudos sobre CODA contribuíram para esclarecer a força da socialização familiar em Libras, do bilinguismo e da negociação identitária. Contudo, sua utilização comparativa confirmou que CODA e DODA não são experiências equivalentes. Filhos ouvintes podem vivenciar bilinguismo bimodal e ser indevidamente convocados à mediação entre pais surdos e instituições ouvintes. Filhos surdos compartilham, em regra, a modalidade visual com os pais,

embora possam enfrentar outras mediações e assimetrias. Manter essa distinção evita transferir problemas, papéis e conclusões de um grupo para o outro.

A escola e os serviços públicos ocupam posição decisiva. Um ambiente familiar sinalizante não neutraliza barreiras institucionais. Quando a escola desconsidera a Libras ou trata conhecimentos visuais como déficit, interrompe uma trajetória de participação construída em casa. Quando reconhece a língua de sinais como meio de instrução, incorpora produções culturais surdas e dialoga diretamente com pais surdos, amplia a herança em vez de apagá-la. A responsabilidade pela acessibilidade pertence às instituições, não às crianças.

O corpus analisado também revelou uma limitação importante: entre dezoito trabalhos únicos, predominam pesquisas sobre CODA e estudos gerais de cultura, memória e educação de surdos. Há pouca investigação empírica especificamente dedicada a sujeitos DODA e a famílias surdas multigeracionais. Estudos futuros podem reunir narrativas em Libras de pais, filhos e avós; examinar diferenças regionais e interseccionais; acompanhar trajetórias ao longo do tempo; e analisar acervos audiovisuais familiares. Tais pesquisas devem assegurar protagonismo surdo na formulação das perguntas, na interpretação dos dados e na circulação dos resultados.

Conclui-se que herdar visualmente é aprender uma língua e, com ela, receber maneiras de olhar, recordar, relacionar-se e resistir. É também transformar aquilo que se recebeu. Na experiência DODA, memória familiar e cultura surda se encontram sem se confundirem: a primeira singulariza afetos e trajetórias; a segunda conecta essas trajetórias a uma coletividade histórica. Entre ambas, cada geração produz sua própria forma de pertencimento. A herança permanece viva quando pode ser narrada, questionada e recriada em Libras, no corpo, na imagem e nos espaços sociais compartilhados.

Referências

- BEZERRA, Daiane Araújo Avelino; ALVES, Claudia Lucia; ALVES, Claudilene de Sousa. A identidade surda e educação inclusiva: destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural. *Recital: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG*, Almenara, v. 7, n. 2, p. 386–400, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.635.
- BOLDO, Jaqueline; SCHLEMPER, Michelle Duarte da Silva. Literatura surda: uma questão de cultura e identidade. *Transversal: Revista em Tradução*, Fortaleza, v. 4, n. 7, p. 79–92, 2018.
- BRANCALIONE, Aline; VOGEL, Mirélia Flausino; LIMA, Anselmo Pereira de. Aquisição bilíngue Libras-Português por uma criança CODA. *Trama*, Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 32, p. 66–76, 2018. DOI: 10.48075/rt.v14i32.18605.
- DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713–1734, out./dez. 2013. DOI: 10.1590/S0104-597020130005000015.
- GOMES, Bianca Sena; QUADROS, Ronice Müller de. Gramaticalização de gestos dêiticos em pronomes na Libras durante a aquisição da linguagem em crianças bilíngues bimodais.

Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 33, n. 3, p. 167–189, 2025. DOI: 10.17851/2237-2083.33.3.167-189.

KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Produções culturais surdas no contexto da educação bilíngue. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 61–77, jul./dez. 2021.

LANA, Zilda Maria de Oliveira; CASTRO, Fernanda Grazielle Aparecida Soares de; MARQUES, Stela Maria Fernandes. Memória e identidade docente de uma professora surda do Ensino Superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 69–82, jan./abr. 2016. DOI: 10.5902/1984686X17812.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de surdos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 1055–1068, out./dez. 2015. DOI: 10.1590/S1517-97022015031750.

OLIVEIRA, Ana Rebeca Medeiros Nunes et al. Entre “dois mundos”: a experiência vivida do sujeito CODA. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 35, e64, p. 1–21, 2022. DOI: 10.5902/1984686X64875.

PAULA, Liana Salmeron Botelho de. Cultura escolar, cultura surda e construção de identidades na escola. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 3, p. 407–416, set./dez. 2009. DOI: 10.1590/S1413-65382009000300005.

QUADROS, Ronice Müller de; LILLO-MARTIN, Diane; EMMOREY, Karen. As línguas de bilíngues bimodais. *Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, Porto, v. 11, p. 139–160, 2016. DOI: 10.21747/1645415X/linguistica11a8.

SANDER, Ricardo Ernani; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto. O crescer bilíngue de Codas: memórias da infância na passagem pela escola. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 34, e70, p. 1–20, 2021. DOI: 10.5902/1984686X67637.

SANTOS FILHO, Pedro Luiz dos. Narrativas de pais surdos acerca de filhas ouvintes: memórias sinalizadas. *Acta Semiótica et Lingvistica*, João Pessoa, v. 26, n. 4, p. 44–60, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2446-7006.45v26n4.61332.

SCREMIN, Paula Xavier; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. Das identidades às experiências: travessias no território surdo. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 185–197, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.74066.

STRAUB, Sandra Luzia Wrobel; PEREIRA, Ana Paula de Souza. Herdeiros linguísticos: o patrimônio cultural dos filhos ouvintes de pais surdos. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 3259–3262, jul./set. 2018. DOI: 10.5007/1984-8412.2018v15n3p3259.

STREIECHEN, Eliziane Manosso; CRUZ, Gilmar de Carvalho; KRAUSE-LEMKE, Cibele. Filhos ouvintes de pais surdos: linguagem, identidade(s) e escolaridade. *Revista X*, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 256–276, 2019. DOI: 10.5380/rvx.v14i4.66076.

STREIECHEN, Eliziane Manosso; LEMKE, Cibele Krause; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Implicações da língua de sinais na aquisição da escrita de filhos ouvintes de pais surdos. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, e60, p. 1–19, 2019. DOI: 10.5902/1984686X32566.

VITORINO, Felipe de Oliveira; MOURA, Magda Regina Silva; BORGES, Ana Raquel Ferreira. Crianças ouvintes filhos de pais surdos: adversidades no diálogo familiar – relato de experiência. *Revista Master: Ensino, Pesquisa e Extensão*, Araguari, v. 6, n. 11, p. 142–146, 2021. DOI: 10.47224/revistamaster.v6i11.154.